

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE A PROPOSTA DO PCP AÇORES DE REJEIÇÃO DAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Para o PCP, o necessário equilíbrio das contas públicas não pode ser feito sacrificando o desenvolvimento. Sob pena de, acabarmos por ir agravar a nossa própria situação, encontrando-nos, numa espiral de pobreza e recessão da qual podemos demorar décadas a sair.

E esse raciocínio é tanto mais válido para os Açores quanto são bem conhecidas as dificuldades estruturais da nossa economia, a vulnerabilidade das nossas empresas, o nosso incipiente mercado interno, a situação do nosso desemprego, a fragilidade do nosso tecido social.

É por isso que, se estas medidas serão altamente negativas para o país, serão ainda mais destruidoras para os Açores.

Destruidoras porque vão reduzir ainda mais o nosso escasso poder de compra.

Destruidoras porque vão eliminar ainda mais empresas e mais postos de trabalho, numa região do país onde o desemprego mais tem aumentado.

Destruidoras porque cortam cegamente prestações sociais num arquipélago onde o número de açorianos em situação de pobreza se multiplica diariamente.

Destruidoras porque irão agravar as injustiças na repartição dos rendimentos e aprofundar as desigualdades que são as inimigas do desenvolvimento harmónico.

É sobretudo por estas razões que propomos que este Parlamento Regional se manifeste, que utilize as competências que lhe são estatutariamente atribuídas, e se faça ouvir junto dos órgãos de soberania, em defesa do nosso povo, em defesa dos Açores.



Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Trata-se aqui hoje, também, de defender o adquirido autonómico, entendido enquanto a manutenção da nossa autonomia financeira, dos meios que nos garantem a liberdade de escolhermos as nossas próprias vias para o desenvolvimento.

A concretizarem-se as reduções das transferências do Orçamento de Estado para a Região, estaríamos perante o rasgar dos laços de solidariedade e lealdade que devem reger as relações entre a República e a Região.

Seria um passo gravíssimo e sobretudo um erro. Porque é não só errado, como também perigoso, descredibilizar as instituições e o seu quadro legal, num momento de crise aguda como o que vivemos.

Compete-nos, por isso, alertar para as consequências desse acto. Compete-nos fazer tudo o que possa estar ao nosso alcance para o evitar. Compete-nos, sobre tudo o mais, defender a nossa autonomia, a nossa região e o nosso povo.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O PCP propõe hoje a esta Assembleia é que realize uma demonstração de maturidade autonómica, sabendo, no momento certo, perante os órgãos de soberania, tomar uma posição consequente em defesa da nossa Região e dos interesses dos açorianos.

E quando dizemos o momento certo é porque este é um daqueles momentos definidores em que ou agimos com coerência, com firmeza, com decisão, ou nos remetemos à posição do mero verbalismo autonomista. Este é, nesse sentido, o momento do separar das águas.



De um lado, os que aqui estão verdadeiramente empenhados na defesa do Povo Açoriano. Do outro os que entregam esses interesses mesmos interesses à voragem centralista de um Governo desorientado e sem saída.

De um lado, os que, de corpo inteiro, defendem o livre direito dos açorianos a definirem as linhas do seu próprio desenvolvimento. Do outro, os que se limitam a apregoar em vão o seu apego a uma causa que verdadeiramente não defendem, a uma bandeira que verdadeiramente não honram.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Esse é justamente o caso dos que pretendem mitigar ou reduzir o significado real das medidas de austeridade anunciadas por José Sócrates para a vida dos açorianos.

Esse é o caso dos que, de forma hipócrita, vão já acenando com vaguíssimos paliativos para minimizar o impacto destas medidas, abdicando de as combater, no momento em que muitas delas poderão, ou não, ser consagradas em sede de Orçamento de Estado.

Esse é o caso dos que se refugiam no legalismo de reduzir o problema ao cumprimento ou não cumprimento da Lei das Finanças Regionais – que, entretanto, ainda está por esclarecer cabalmente – como se fosse essa a única forma como os Açores serão prejudicados.

Porque as consequências das medidas agora anunciadas vão muito para lá disso. Arrisco mesmo dizer que a redução das transferências para a Região e mesmo para as autarquias não é o mais importante.

O mais importante destas medidas é o seu impacto directo sobre o poder de compra dos açorianos e sobre as suas condições de vida.



O mais importante são as suas consequências para o nosso mercado interno, para as nossas empresas e para os milhares de açorianos que irão engrossar as filas do desemprego, em consequência destas medidas recessivas.

O mais importante é a injustiça que procuram consagrar, ao fazer os que menos têm pagar por uma situação de crise de que não beneficiaram e que, objectivamente, não criaram.

Mas estas são questões perante as quais o PS e o PSD Açores se limitam a encolher os ombros, resignam-se e derramam algumas poucas lágrimas de crocodilo, sem pretender nada fazer efectivamente para alterar a situação.

E se nada fazem é porque, na prática dos factos e no fundamento das ideias políticas, estão de acordo com estas medidas.

Porque, apesar do carnaval político que têm gerado na comunicação social, PS e PSD já se entenderam para a aprovação deste orçamento e destas medidas. Depois do tango do PEC, temos a valsa do orçamento.

Estão, por isso, o PS e o PSD Açores, agora a braços com a difícil tarefa de explicar aos açorianos porque é que aprovam na República o que lamentam na Região.

Se mais nenhum, pelo menos a proposta do PCP teve esse mérito, têm agora de se definir:

Afinal de que lado estão?

Com os açorianos, na defesa das suas condições de vida e do seu bem-estar ou ao lado de José Sócrates e dos que, com ele, arrastaram Portugal para a situação de crise em que se encontra?

De que lado estão?

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

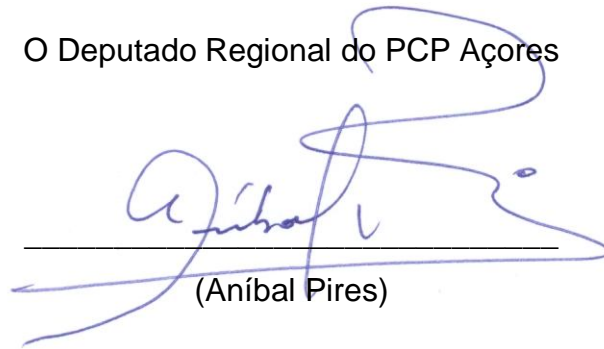


Podem, os Açores, não ter o peso político necessário para travar este novo obstáculo que o Governo da República quer levantar ao nosso desenvolvimento. Podemos não conseguir travar estas medidas que irão prejudicar de forma directa as açorianas e açorianos. O que não podemos com certeza é abdicar da defesa daqueles que, neste Parlamento, representamos. O PCP Açores, definitivamente não o fará.

Disse.

Horta, sala das sessões, 22 de Outubro de 2010

O Deputado Regional do PCP Açores



(Aníbal Pires)